

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

ANÁLISE DA COBRANÇA DE TAXAS POR REVISTAS: ESTUDO DE CASO

ANALYSIS OF FEE PAYMENT BY JOURNALS: CASE OF STUDY

Nilson Carlos Vieira Junior – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Milton Shintaku – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O pagamento para publicação, *Article Processing Charge*, tem dividido opiniões e trazido muitas dúvidas, sendo uma opção para a sustentabilidade das revistas. Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a análise das revistas, que adotam o pagamento para publicação, vinculadas a Universidade Federal do Paraná. Para tanto, tem relações com o estudo de caso pela restrição e aspectos exploratórios. Notou-se que apenas duas revistas fazem uso dessa opção e que utilizam instituições parceiras para receber as taxas e que ainda são minoria na universidade. Nesse caminho, revelam que não há restrições para cobrança, mesmo para revistas ligadas a instituições públicas.

Palavras-chave: Acesso aberto; Taxa de processamento de artigo; Revistas científicas.

Abstract: The payment for publication, Article Processing Charge, has divided opinions and raised many doubts, making it an option for the sustainability of journals. The present work aims to present an analysis of the journals linked to the Universidade Federal do Paraná. For this purpose, it is related to the case study due to its restrictions and exploratory aspects. It was noted that the journals use partner institutions to receive fees and are still a minority at the university. In this way, they reveal no charging restrictions, even for journals linked to public institutions.

Keywords: Open Access; Article Processing Charge; Scientific journals.

1 INTRODUÇÃO

As revistas científicas têm uma longa história, desde o século XVII com as revistas *Philosophical Transactions of the Royal Society* e *Journal des Sçavans*. Inicialmente os artigos publicados pelo *Philosophical Transactions* tinham aspectos relacionados a correspondências recebidas pela sociedade e os artigos do *Journal des Sçavans* tratavam mais de informes da

comunidade. Com o tempo, evoluiu para o modelo de publicação, sendo um dos canais prioritários para publicação do conhecimento científico.

Na década de 1980, como relata Mueller (2006), a comercialização dos periódicos criou um modelo de negócio, em que grandes editoras visavam o lucro, evoluindo para assinaturas com preços abusivos, dificultando a aquisição/compra destas revistas para as bibliotecas manterem as suas coleções. Nesse caminho, surgiu o movimento de Acesso Aberto, que teve como marco a Declaração de Budapest, conhecido como *Budapest Open Access Initiative* (BOAI)¹. Neste movimento fomentava-se a criação ou conversão para as revistas de Acesso Aberto, chamadas por Harnad *et al.* (2004) de via dourada.

Assim, o Acesso Aberto impactou o modelo de negócio das publicações seriadas, ao possibilitar o acesso sem restrições ao texto completo dos artigos das revistas científicas, criando alguns modelos, como a via dourada e via diamante. No qual a via dourada altera o modelo de negócio de pagamento de assinatura para publicação, enquanto a via diamante se apresenta totalmente sem taxas.

Entretanto, como afirmam Appel e Albagli (2009), mesmo após todos esses anos, ainda há problemas relacionados a publicação aberta, como problemas relacionados aos preços altos para publicação de *Article Processing Charge* (APC), ou críticas aos chamados *Mega-Journals* pela sua economia de escala. Em todos os casos, a questão da sustentabilidade das revistas não apresenta um modelo de negócio, ainda que seja uma unanimidade, mas que as APCs ainda se mostram como opção válida.

Nesse sentido, sobre a Biblioteca Digital de Periódicos (BDP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), iniciativa institucional cujo objetivo está na reunião, organização e promoção do Acesso Aberto aos periódicos científicos vinculados à instituição. Em 2024, a BDP hospeda 72 revistas científicas, com cobertura nas diversas áreas do conhecimento, sendo que 52 revistas se encontram com classificação de correntes e 20 com classificação de descontinuadas, mantidas no portal por questões de memória institucional (UFPR, 2023).

A BDP se encontra sob responsabilidade da Biblioteca Central da instituição, na Seção de Apoio a Publicações Científicas Periódicas (SAP). Os serviços ofertados pela SAP são direcionados aos editores das revistas, visando aperfeiçoar os processos de editoração. Os serviços ofertados pela SAP são: 1. Capacitação ao uso das funcionalidades do *software Open*

¹ Link de acesso à declaração BOAI: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>

Journal System (OJS), 2. Serviços de diagnóstico aos critérios de indexação em bases de dados e validação de *Digital Object Identifier* (DOI), por fim, 3. São ofertados os serviços de editoração, tais como: revisão de texto, tradução, diagramação, marcação dos textos em *Extensible Markup Language* (XML), etc. (UFPR 2023).

Na BDP ocorre a adoção do modelo institucional de financiamento de serviços de editoração científica, bem como na colaboração das publicações científicas das revistas hospedadas na biblioteca digital, assim como da libertação de adoção ou não de APCs por estas revistas. Esse ponto se alinha ao que Swan (2016, p.34) relata, na existência, na literatura, de diversos exemplos de modelos de negócios para periódicos científicos no modelo digital.

Nesse contexto, a questão da pesquisa trata sobre as revistas vinculadas a instituições públicas ao fazer uso das APCs para manter seus serviços e sua sustentabilidade, aos temas legais e em como ocorre o recebimento das taxas em revistas hospedadas em portais de periódicos na Universidade federal. Assim, o presente estudo tem por objetivo apresentar a análise das revistas vinculadas a UFPR, que cobram as APCs. Contribuir com a discussão sobre o uso de APCs em revistas vinculadas a instituições públicas, por meio do ponto de vista de revistas que fazem uso desse modelo de negócio.

2 METODOLOGIA

O estudo tem abordagem qualitativa, como defende Richardson (1985), possui um objeto de estudo estritamente particular e complexo, com a natureza de um fenômeno social. Por ser um estudo restrito às revistas mantidas pela UFPR, tem o alinhamento dos estudos de caso.

Com isso, como ressalta Gomes (2008), deve ser um estudo completo, com limites definidos, com evidências robustas em um determinado espaço de tempo. O estudo se alinha ao que Ventura (2007) relata sobre estudos de caso, um estudo exploratório, inicial para aprofundamento de um tema, podendo ser utilizado para entendimento de novos comportamentos.

O estudo foi dividido em três partes: 1. Levantamento das revistas que cobram APCs na BDP/UFPR; 2. Análise dos procedimentos nas revistas que cobram APCs, e 3. Coleta de informações junto aos editores, por questionário e entrevista.

A aplicação do questionário/entrevista semiestruturada, composto por cinco perguntas, enviado aos editores por *e-mail*, as perguntas: 1. O que motivou a revista científica a cobrar taxas de publicação de artigos? 2. Quando começaram a cobrar as taxas de publicação de artigos? 3. Quais impactos para a revista científica, referente a cobrança de taxa de publicação de artigos? 4. Quais impressões sobre após adoção de taxas de publicação de artigos para a revista científica? e por fim, 5. Poderia descrever, brevemente, recomendações para outros editores\revistas adotarem a cobrança de taxas de publicação de artigos?

Após levantamento e coleta de dados junto à BDP/UFPR em planilha de *Excel*, e identificação das revistas que adotam as APCs em suas políticas editoriais, a coleta de dados será realizada por meio eletrônico (*e-mails*) com envio das cinco perguntas onde os editores poderão responder seja de forma escrita, como em um questionário e/ou por envio de áudios, próximo a uma entrevista estruturada. Nos dois casos, as cinco perguntas abertas respondidas, colaborarão com melhor entendimento sobre a adoção das APCs.

A análise das respostas, objetivo principal do estudo, se dá, na maioria, na descrição dos dados levantados, principalmente, em relação às questões apresentadas aos editores, tendo as informações das etapas um e dois como base. Na próxima seção, apresentamos as informações coletadas nas páginas das revistas, as análises das respostas enviadas pelos editores por meio do questionário e entrevistas, assim como, a comparação teórica encontrada sobre a temática das APCs.

3 RESULTADOS

Das 52 revistas correntes hóspedes da BDP, apenas duas indicam em suas páginas que utilizam as APCs. A seguir, no Quadro 1, a descrição das informações coletadas nas revistas das gerais as informações relacionadas às APCs, como: i) descrição, ii) valores e destinação, por fim, iii) outras informações referentes às orientações sobre geração de boletos e pagamentos de taxas:

Quadro 1 - informações gerais e relacionadas às APCs das revistas científicas.

Nº	DESCRIÇÃO		
01	Nome da Revista	Revista Cogitare Enfermagem	DMA: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente
02	Área de concentração	Saúde	Interdisciplinar
03	Periodicidade	Fluxo contínuo	Fluxo contínuo
04	Descrição da	As informações sobre as APCs estão	Objetivo de taxas, se dá pelo motivo de

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

	cobrança das APCs	disponíveis na página da seção de taxas.	viabilidade econômica da revista, chamando as APCs de taxa de submissão de manuscritos e seguindo modelo comum no universo editorial ao redor do mundo.
05	Valores cobrados	Para ano vigente, são: taxa de avaliação R\$ 200,00 e Taxa de publicação R\$ 1.000,00	No valor de R\$150,00 antes de autor(es) realizarem a submissão do artigo.
06	Procedimentos de cobrança	Informa que as taxas deverão ser pagas após aprovação de artigo na primeira etapa, por meio de boleto. Descreve que após pagamento e envio do comprovante, o artigo seguirá para a 2ª etapa da avaliação. Informa também, que a taxa de publicação de R\$1.000,00 deverá ser paga somente se o artigo for “Aceito” para publicação ao final da 3ª etapa.	Informa que a taxa é devida a cada submissão, independentemente do número de autores e que a revista faz a emissão de nota fiscal. O valor da taxa é de R\$150,00 antes da submissão do artigo. Como procedimento, deve-se clicar no link ou na aba “Boleto de taxa de submissão”, preencher os dados solicitados e gerar o boleto.
07	Outras informações	Informa a responsabilidade do “autor correspondente” em comunicar e manifestar o aceite da versão final para publicação aos demais autores, assim como do detalhamento financeiro de custos por artigos e informações para autores estrangeiros e no caso de retificação, correção e/ou retratação, os valores das taxas para brasileiros e estrangeiros. Importante mencionar, que para a Cogitare, o boleto para pagamento deverá ser gerado no endereço que será encaminhado no e-mail e que após pagamento, deverá anexado em “Documento suplementares” via sistema OJS adotado pela Cogitare.	A DMA, também, informa os procedimentos de pagamento de taxa, caso o(s) autor(es) seja(m) estrangeiro(s) e a realização da submissão ocorra fora do Brasil. Vale mencionar, que não se trata de “Taxa de publicação”, assim como o pagamento da taxa não implica a aceitação do trabalho, pois o mesmo ainda passará pela avaliação por pares. Outro ponto importante, é que ao clicar no link informado pela página da revista, o autor é direcionado a página da Funpar ² - Fundação da Universidade Federal do Paraná, onde será cadastrado os dados pessoais para emissão do boleto bancário referente a taxa de submissão.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Segundo informação na página da Funpar (2024), a fundação “visa agilidade e flexibilidade ao gerir recursos juntos aos segmentos acadêmicos, por meio de resoluções e editais, assim como de manter a transparência em todos os processos que envolvam recursos financeiros, juntos a órgãos da instituição”.

Como pode ser visto, as APCs podem ocorrer de várias formas e para etapas diferentes. Assim, seu uso pode ser utilizado na submissão, publicação e/ou reimpressão do artigo (Edgar

² Link acesso página da Funpar: <https://www.funpar.ufpr.br/>

e Willinsky, 2010; Björk e Solomon, 2012). Nesse sentido, a Cogitare apresenta duas taxas, de avaliação e de publicação, enquanto a DMA apenas uma de submissão. A seguir, no Quadro 2 - encontram-se descritas às motivações que levaram a utilizar as APCs descritas pelos editores:

Quadro 2 - motivações na adoção das APC.

REVISTAS	RESPOSTAS DOS EDITORES
Cogitare	Menciona questões relacionadas à sustentabilidade da revista, visando a qualidade dos artigos e dos custos nos serviços de editoração: revisão do texto, tradução (inglês e espanhol), diagramação e marcação XML, bem como adoção das APCs pelas revistas da área.
DMA	Aponta em sua resposta, sobrecarga de atividades dos Editores chefes, semelhança na resposta quanto às questões de editoração dos artigos, como já mencionadas pela revista Cogitare, complementa com a informação que a adoção das APCs, como opção em manter os serviços da revista.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Como pode ser visto, ambas as revistas apontam como motivações questões relacionadas aos custos de editoração por artigos em suas revistas, assim como abordado por Príncipe (2020), que lista o uso da cobrança de taxas por revistas como uma complementação aos recursos financeiros cujos destinos são direcionados aos processos de editoração e publicação. Ainda nesse sentido, esse ponto concorda com o que Pavan e Barbosa (2018) relatam, que as APCs são uma opção de sustentabilidade das revistas, mesmo que tenham críticas a esse modelo de negócios.

Tanto que para Alperim (2022), um dos colaboradores do projeto *Public Knowledge Project* (PKP), defende que as APCs como um caminho válido para a própria manutenção do Movimento de Acesso Aberto em revistas científicas. No Quadro 3, encontram-se descritas as informações referentes ao início da cobrança das APCs, respondidas pelos editores:

Quadro 3 - respostas relacionadas ao início da cobrança das APCs pelas revistas.

REVISTAS	RESPOSTAS DOS EDITORES
Cogitare	Menciona, que antes da adoção das APCs, a revista em formato impresso mantinha a modalidade de assinatura, onde pelo menos um dos autores deveria assinar para poder realizar a publicação. Relata, ainda, que por meio da assinatura, a revista mantinha os serviços editoriais. Com a adoção do formato digital, optou-se pelas APCs, a fim de manter sua sustentabilidade e que em pesquisa os valores cobrados são os menores entre as publicações da área.
DMA	Aponta o início no ano de 2021, e que as taxas são referentes a submissão de todos os artigos submetidos na revista. O editor relata que a partir de 2024, essa prática deixará de ser realizada, não mencionando os motivos.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Colaboram com esses apontamentos, pesquisa realizada por Castilhos et al. (2022, p.631), ao analisar os resultados que foi possível demonstrar que as revistas científicas brasileiras possuem dependência de verbas públicas, e mesmo as revistas que cobram taxas são financiadas indiretamente com essas verbas, pois são pagas também por financiamento de Agências públicas de fomento.

Optou-se por juntar as respostas das perguntas 3 e 4 do questionário, sobre a busca dos principais impactos e impressões em um único quadro. A seguir, no Quadro 4 identifica nas respostas dos editores de ambas as revistas analisadas mencionam impactos positivos em sua adesão na cobrança de taxas, sobretudo na questão de sustentabilidade da revista. Um editor, apontou que apesar desses pontos positivos, a existência de desconforto referente a cobrança de taxas e futura descontinuidade:

Quadro 4 - Principais impactos e impressões relatadas pelos editores.

REVISTAS	RESPOSTAS DOS EDITORES
Cogitare	Cita questões relacionadas à sustentabilidade da revista, relacionadas aos pagamentos de serviços de editoração para garantir a qualidade nos artigos publicados.
DMA	Respondeu questões de qualidade e padronização, bem como também cita a sustentabilidade da revista por meio dos pagamentos dos serviços de editoração. O editor, menciona que sempre existiu um desconforto quanto às taxas e que reitera sua descontinuidade.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Ainda sobre os impactos, ambos os editores apontam a adoção das APCs como positivas, devido à possibilidade de pagar por serviços de editoração realizados por profissionais com os valores das taxas. Nesse sentido, Pavan e Barbosa (2017, p.122), mencionam que “No caso particular do Brasil, diferentemente do que ocorre nos países do hemisfério norte, não existe uma pressão dos movimentos sociais para que Agências de fomento exijam a publicação de artigos de pesquisa financiada em revistas de Acesso Aberto”.

Com relação à última pergunta, cujas respostas encontram-se descritas no Quadro 5, referente às recomendações para outros editores/revistas na adoção das APCs como sustentabilidade na publicação dos artigos:

Quadro 5 - recomendações para outros editores/revistas sobre adição das APCs.

REVISTAS	RESPOSTAS DOS EDITORES
Cogitare	Ambas as revistas recomendam, a outros editores/revistas científicas, entenderem sobre os processos de editoração científica, sua área de conhecimento e sobre seus vínculos institucionais. Nos casos apresentados, as duas revistas possuem vínculo com universidade pública, mencionando a existência de fundação para realização de toda a gestão dos recursos recebidos pelas revistas e de outros instrumentos como resoluções e diretrizes que regulamentam a adoção ou não das APCs.
DMA	

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Assim, foi o período de grandes transformações nas áreas da disseminação da informação científica, que a utilização das APCs, por Associações científicas, Universidades, Organizações sem fins lucrativos, entre outras, como mencionado por Pavan e Barbosa (2017, p.121), ocorre com as exigências de Agências de fomento, de que os resultados de pesquisa financiadas por elas, sejam publicadas em Acesso Aberto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa inicial, o estudo procurou entender, por meio do estudo de caso, a cobrança de taxas por revistas científicas hospedadas na BDP da UFPR e com isso, traçar um cenário dessa prática em uma universidade pública. Foi possível identificar baixa adesão pelas revistas analisadas quanto às práticas de cobranças de taxas, com apenas duas das 52 revistas hospedadas no portal de revistas da UFPR.

Em relação aos dados obtidos por meio da coleta de dados com os editores das duas revistas: i) a editora da Cogitare enviou as respostas por meio de áudios, próximo a uma entrevista estruturada e ii) o editor da DMA respondeu por escrito, por meio de mensagem eletrônica (*e-mail*), como em um questionário, assim foi possível identificar relação do uso das taxas para manter os serviços de editoração das revistas. Nos dois casos, as perguntas abertas foram respondidas, colaborando com melhor entendimento sobre a adoção das APCs, e atendendo assim os objetivos do trabalho, visto ser uma pesquisa em andamento.

Também foi possível, por meio dos resultados e análises, das respostas dos editores, verificar certas diferenças de práticas entre as revistas, confirmando a diversidade de possibilidades do uso das APCs, que pode ser utilizada nas diversas etapas de editoração. Entretanto, salientou-se o valor relativamente baixo se comparado com as revistas internacionais, tornando o pagamento mais acessível aos autores.

Por fim, revelou-se a possibilidade de revistas mantidas pelas instituições públicas fazerem uso das APCs, por meio de fundação de apoio a pesquisa, para apoiar a sua sustentabilidade, na medida em que o processo editorial requer aporte financeiro, que nem sempre as universidades conseguem suprir. Com isso, dá-se maior autonomia financeira para a revista investir na sua promoção.

REFERÊNCIAS

ALPERIN, J. P. Why I think ending article-processing charges will save open access. **Nature**, v.610, n.233, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-022-03201-w>. Acesso em: 28 jun. 2024.

APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. Acesso Aberto em questão: novas agendas e desafios. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n.4, p. 187–208, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/50113>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BJÖRK, B.C.; SOLOMON, D. Pricing principles used by scholarly open access publishers. **Learned Publishing**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 132-137, abr. 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1087/20120207>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CASTILHOS, C. et al. Reflexões a respeito do financiamento das iniciativas de Acesso aberto: analisando as políticas de taxas de processamento de artigos e de financiamento público em periódicos brasileiros. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 25, p. 631–642, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/70326>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CORRÊA, R.; RIBEIRO, H. C. M.; BERNADELLI JUNIOR, J. M.; RUIZ, M. S. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: um estudo de sua produção acadêmica de 2008 a 2012. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 3–17, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/303>. Acesso em: 21 jun. 2024.

EDGAR, B. D.; WILLINSKY, J. A survey of scholarly journals using Open Journal Systems. **Scholarly and Research Communication**, v. 1, n. 2, 22 p., 2010. Disponível em: <https://src-online.ca/index.php/src/article/download/24/40>. Acesso em: 21 jun. 2024.

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Conheça a FUNPAR**. Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.funpar.ufpr.br/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GOMES, A. A. ESTUDO DE CASO - PLANEJAMENTO E MÉTODOS. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 15, n. 16, 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/187>. Acesso em: 21 jun. 2024.

HARNAD, S. *et al.* The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access. **Serials Review**, [s.l.], v. 30, n. 4, p. 310-314, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00987913.2004.10764930>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, p. 27-38, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v46i3.4421>. Acesso em: 21 jun. 2024.

PAVAN, C.; BARBOSA, M. C. B. Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto: alguns apontamentos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 120–145, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67146>. Acesso em: 21 jun. 2024.

PAVAN, C.; BARBOSA, M. C. Article processing charge (APC) for publishing open access articles: the Brazilian scenario. **Scientometrics**, v. 117, n. 2, p. 805-823, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2896-2>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PRÍNCIPE, E. Taxas de APC em revistas brasileiras e portuguesas de acesso aberto: um estudo no DOAJ. **Ciência da Informação**, Brasília, v.48, n.3, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4888>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

SANTOS, D. S.; ROSA, F. G. M.G. Panorama de consumo da informação: da oralidade ao movimento de acesso aberto. **Acesso Livre**, n. 11, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29973>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SWAN, A. **Diretrizes para políticas de desenvolvimento e promoção do acesso aberto**. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246018>. Acesso em: 22 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Sistema de bibliotecas. **Diretrizes da Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/wp/wp-content/uploads/2023/06/diretrizes-da-biblioteca-digital-de-periodicos-da-ufpr.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.